

Heráclito quer CPI. Para Ideli, oposição forja clima de crise

A negociação de dossiê em São Paulo volta a ser debatida no Senado. Heráclito Fortes pede CPI para investigar repasse de recursos a ONGs. César Borges diz que escândalos são suficientes para cassar a candidatura de Lula, enquanto Almeida Lima questiona a imparcialidade do ministro Márcio Thomaz Bastos. Mas Ideli Salvatti garante que presidente não se omitiu. **Página 3**



Jefferson Péres e João Alberto (E) concordam em adiar relatório; Suassuna (D) reafirma inocência

Fica para outubro a leitura do relatório sobre Suassuna

Em razão da falta de quórum, Jefferson Péres decidiu ontem adiar a leitura de seu relatório sobre o processo disciplinar contra Ney Suassuna. O senador pela Paraíba está sendo investigado pelo Conselho de Ética porque

teve o nome citado no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas. Suassuna reafirmou que é inocente de todas as acusações e saberá aguardar com “absoluta tranqüilidade” a decisão do conselho. **Página 2**



João Policena (E) diz a Paulo Octávio que formulava texto das emendas apresentadas por Serys

Lino Rossi diz que Malta é inocente

O deputado Lino Rossi inocentou Magno Malta no caso das ambulâncias, mas não convenceu o relator Demostenes Torres. Ex-secretária da Planam disse que João Policena, ex-assessor de Serys Shessarenko, ligava para o celular pessoal do empresário Darci Vedoin. **Página 2**



Lino Rossi dá novas explicações sobre empréstimo de carro a Magno Malta

Segundo Simon, operação daria ao Rio Grande do Sul economia de R\$ 600 milhões

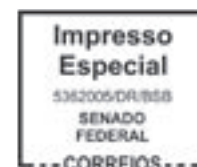


Geraldo Magela

Governo federal trata com descaso o Rio Grande do Sul, afirma Simon

Em 1835, o Rio Grande do Sul se rebelou contra o Império em protesto pelo tratamento tributário dispensado à então província. O aniversário da Revolução Farroupilha – que

durou dez anos – foi lembrado ontem pelo senador Pedro Simon. Ele comparou o tratamento do Império com o dispensado hoje, e acusou a União de impedir uma operação favorável ao estado. **Página 4**



Na opinião de Demostenes Torres, relator do processo disciplinar contra Malta, o depoimento foi "inconsistente, contraditório e sem credibilidade"

Lino Rossi depõe no Conselho de Ética e inocenta Magno Malta

Sem que ninguém esperasse, o deputado Lino Rossi (PP-MT) apresentou-se ontem para depor perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Sob a condição de falar apenas em sessão secreta, ele ofereceu explicações sobre o empréstimo, por um ano e meio, de um Fiat Ducato ao senador Magno Malta (PL-ES), que responde a processo no órgão por suposto envolvimento com a máfia das ambulâncias.

Testemunha de Malta, Rossi isentou o senador da suspeita de ter aceito o veículo como adiantamento de propina em troca da apresentação de emendas ao Orçamento. Foi o que revelou ao final da sessão Demostenes Torres



Rossi (E) fala a João Alberto (C) e Demostenes, antes da oitiva, realizada em sessão secreta

(PFL-GO), relator do processo contra Malta. Mas Demostenes considerou que o relato em nada favoreceu o senador investigado.

– O depoimento foi inconsistente, contraditório e sem credibilidade – disse.

O colegiado ouviu ontem Val-

dir Piran, dono da empresa que teria vendido o Fiat a Vedoin. O depoente alegou estar sendo confundido com um irmão de nome semelhante – Valcir Piran – responsável pela transação. Diante disso, o irmão citado será convocado a depor em outubro.

Demostenes: explicações de Rossi não convenceram

Para o relator do processo contra Magno Malta no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Demostenes Torres, as explicações de Lino Rossi sobre o suposto empréstimo de um Fiat Ducato a Malta não convenceram e complicaram a situação do parlamentar capixaba.

Embora Malta não tenha proposto emendas para a compra de ambulâncias, o que, em tese, o livraria da acusação de ter beneficiado a máfia em troca de propina, Demostenes declarou acreditar que o senador prometeu apresentar emendas, recebeu o veículo, mas não cumpriu suas promessas. Mesmo assim, afirmou, o ato configuraria quebra de decoro.

Também em depoimento ao colegiado, Ronilson Santos Lins, empresário artístico responsável por agendar *shows* para a banda *gospel* de Malta, disse ontem não recordar a data da devolução do carro.

Depoente liga ex-assessor de Serys a Darci Vedoin

Paulo Octávio (PFL-DF), relator do processo contra Serys Shlessarenko (PT-MT), disse considerar preocupante a relação mantida entre João Policena Rosa Neto, ex-assessor da senadora, e Darci Vedoin, sócio da Planam. Em depoimento no conselho, a ex-secretária da Planam Maria Estela da Silva afirmou ontem que Policena ligava para o celular pessoal de Darci, segundo informou Paulo Octávio.

Servidor de carreira do Senado, Policena declarou ser ele o responsável pela formulação do texto das emendas orçamentárias assinadas por Serys. O servidor admitiu conhecer pessoalmente os Vedoin, mas negou que os empresários tenham feito cobranças a ele em relação à execução das emendas. O ex-assessor, demitido depois de ter seu nome envolvido no escândalo, informou não se recordar da presença dos donos da Planam no gabinete da parlamentar.

Leitura de relatório do processo contra Suassuna fica para outubro

Por falta de quórum, Jefferson Péres (PDT-AM), relator no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do processo contra Ney Suassuna (PMDB-PB), solicitou – e foi atendido – ao presidente do colegiado que fosse adiada a leitura de seu relatório sobre o caso. A nova reunião com esse objetivo foi marcada para o dia 4 de outubro. Jefferson lembrou que a leitura do relatório poderia ser feita mesmo com quórum reduzido, pois somente a votação do parecer exige a presença de pelo menos oito dos 15 integrantes do colegiado, mas, segundo observou, preferia não fazer leitura “tão importante sem a presença da maioria dos membros do conselho”.

– Só posso dizer que lamento muito, pois acho que os senadores tinham obrigação de comparecer aqui, mesmo sacrificando suas campanhas – assinalou.

Para justificar a falta de quórum, o presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), afirmou que os senadores do PFL e do PSDB haviam avisado sobre a impossibilidade do comparecimento, devido a evento

no Rio de Janeiro para lançamento do programa de campanha à Presidência da República.

– Infelizmente, não vamos ter quórum. E eu concordo que essa é uma decisão muito importante. Por isso, dou por encerrada a reunião – decidiu João Alberto.

Em entrevista à imprensa, Suassuna afirmou que preferia que seu caso tivesse sido votado ontem, mas disse que saberá aguardar com “absoluta tranquilidade” o dia 4, pois garantiu ser inocente de todas as acusações.

Em relação à falsificação da sua assinatura por sua ex-chefe de gabinete em ofício enviado ao Ministério da Saúde que beneficiaria o esquema de fraudes, Suassuna voltou a explicar que Mônica Teixeira apenas havia falsificado a assinatura porque teria sido informada de que o senador, que estava em viagem naquela ocasião, havia solicitado que ela o fizesse.

– Essa assinatura é uma bobagem, por uma razão simples: se eu fosse da quadrilha, por que eu pediria para alguém assinar por mim? Eu mesmo assinava. Eu estou tranquilo e confiante.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão não-deliberativa

Os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) estão inscritos para discursar da tribuna do Plenário do Senado. A sessão de hoje, que deverá começar às 14h, será não-deliberativa, ou seja, destinada a pronunciamentos de parlamentares e avisos da Mesa, sem a votação de matérias.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores João Alberto Souza, Romeu Tuma, Marcos Guerra, César Borges e Wellington Salgado

Líder do PT refuta afirmação de que presidente teria se omitido no caso de dossiê contra tucanos. Senadores opositoristas voltam a criticar Lula

Ideli: oposição quer criar crise institucional

A líder do PT no Senado Federal, Ideli Salvatti (SC), acusou a oposição de procurar criar um clima de crise institucional, com a tentativa de cassação do registro da candidatura de Lula à reeleição e sugestão de *impeachment* do presidente, por suspeita de envolvimento na compra de um dossiê para prejudicar a candidatura de José Serra ao governo de São Paulo.

Ideli refutou a alegação de que Lula teria se omitido no caso do dossiê. Ela argumentou que o caso veio a público a partir de uma ação da Polícia Federal, sob as ordens do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que, por sua vez, responde diretamente ao presidente.

A senadora repeliu a tese de que o dossiê beneficiaria Lula. Ressaltou que o presidente lidera as pesquisas de intenção de voto e per-



Ideli Salvatti refuta a tese de que documento beneficiaria Lula

guntou o que ele ganharia com o documento.

Ideli citou entrevista do jurista Dalmo Dallari, para quem essas ameaças estão sendo usadas como uma cortina de fumaça para que não se pergunte sobre o conteúdo do dossiê. Em apartes, César Borges (PFL-BA) contestou a parlamentar, enquanto Sibá Machado (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram apoio ao pronunciamento.

Almeida Lima questiona imparcialidade de Bastos

Almeida Lima (PMDB-SE) considera que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, não tem condições de estar à frente das investigações sobre a suposta negociação de compra de um dossiê contra os candidatos do PSDB José Serra e Geraldo Alckmin, por pessoas ligadas ao PT. Convicto de que pesa suspeição de parcialidade sobre a atuação do ministro no caso, o senador propôs, em discurso, que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) assumia o processo de investigação.

– Até quando esse povo vai brincar com a gente? É sempre a mesma conversa: Lula não viu e não sabe de nada. Vamos dar um basta nisso – reagiu o parlamentar.

Almeida Lima também



Almeida Lima quer TSE à frente de processo de investigação

protestou contra o fato de a Polícia Federal (PF) não ter divulgado imagens da apreensão do R\$ 1,7 milhão em poder do empresário Valdebran Padilha e do ex-agente da PF Gedimar Passos, que seriam emissários do PT para a compra do documento. Ele recebeu apoio, em apartes, dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e César Borges (PFL-BA).



Sibá considera histórico discurso na abertura da assembléia geral

Sibá elogia fala do presidente perante a ONU

Sibá Machado (PT-AC) considerou histórico o discurso do presidente Lula na abertura, terça-feira, da Assembleia Geral das Nações Unidas, por ter mostrado que turbulências sociais e políticas enfrentadas por vários países estão ligadas à extrema miséria de 15% da população mundial. Para o senador, um país só pode ser considerado democrático se houver liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, “comida para todo mundo”.

– Mais de 1 bilhão dos 6 bilhões de pessoas do mundo vivem em situação de extrema miséria. Como disse o presidente Lula, a miséria é injusta e leva a contrariedades, as quais provocam reações, como separatismos e revoltas – observou.

Sibá Machado disse que o presidente falou “de cabeça erguida” na Organização das Nações Unidas (ONU) por estar “cumprindo o dever de casa”, com programas de redução de miséria e da fome, entre eles o Bolsa Família. Segundo o senador, Lula salientou que o regime de Cuba, apesar de considerado nos países capitalistas “como uma ditadura”, conseguiu “superar problemas sociais”, como o analfabetismo, além de oferecer serviços de saúde à sua população.

Em aparte, César Borges (PFL-BA) perguntou se há democracia em Cuba. Sibá respondeu que lá “há todas as condições” para isso, ressaltando que o povo cubano “escolheu o governo que tem” e, “se não o quisesse, já o teria tirado”.

Heráclito propõe CPI sobre verbas públicas a ONGs

Heráclito Fortes (PFL-PI) propôs ontem, em discurso, uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar os repasses de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs) ligadas ao PT. Ele garantiu que não pretende criar um fato eleitoral, já que a CPI deverá funcionar somente após as eleições.

Heráclito considerou demasiado alto o montante repassado a uma ONG pertencente a Jorge Lorenzetti, coordenador da campanha do presidente Lula em Santa Catarina e envolvido no escândalo de dossiê contra José Serra. O repasse total à organização teria alcançado R\$ 18 milhões nos últimos três anos, conforme o senador.

– Essas entidades receberam dinheiro do povo brasileiro de maneira pouco clara. Em que gastam?

O senador disse que co-



Comissão sugerida por Heráclito só funcionaria após as eleições

meçou a pensar sobre os gastos com ONGs a partir de conversa de populares após comício de Geraldo Alckmin, em Santa Catarina. Segundo Heráclito, alguém teria dito que “os donos de ONGs estão sempre com carrões”.

Ele criticou Ideli Salvatti (PT-SC) por defender o governo de denúncias com “meias verdades”, evitando um debate que explique melhor a posição de Lula em relação a esses fatos.

Borges sugere cassação de registro do candidato Lula

César Borges (PFL-BA) afirmou ontem que, se todos os escândalos e crimes cometidos por auxiliares diretos do presidente da República não forem motivos suficientes para a cassação de registro de Lula à reeleição, “nada mais é”. O senador lembrou que as revelações começaram com o escândalo protagonizado por Waldomiro Diniz, que era assessor do então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

– O presidente Lula, sua base aliada e a senadora Ideli Salvatti foram contrários à instalação da CPI dos Bingos e a Mesa do Senado abafou – disse.

Borges citou depois o escândalo dos Correios, quando o funcionário da empresa Maurício Marinho foi filmado recebendo pro-



Borges cita escândalos cometidos por auxiliares do chefe do governo

pina. O senador assinalou que o presidente Lula e seus aliados mais uma vez tentaram abafar a criação da CPI dos Correios.

– O relatório do deputado Osmar Serraglio foi enviado ao Ministério Público Federal, que indiciou 40 pessoas e revelou que havia uma organização criminosa, uma quadrilha, agindo dentro do governo.



Suplicy diz que petista seria bem tratado pelos outros candidatos

Suplicy pede a Lula que vá aos debates na TV

Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou, da tribuna, ao presidente Lula que aceite, na campanha do primeiro turno, os convites dos meios de comunicação para participar dos debates com os outros presidencialistas.

O senador citou entrevista de Lula à jornalista Mônica Bergamo, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* de segunda-feira. De acordo com Suplicy, o presidente teria mencionado que não defende o sistema de reeleição, mas se sentiu na responsabilidade de ser candidato de novo para que o PT pudesse continuar a governar o país.

– Levando-se em consideração que quem já está na Presidência tem mais vantagem na disputa eleitoral, a minha recomendação é que ele possa, ainda nesses próximos dez dias de campanha, no primeiro turno, participar de debates nos meios de comunicação. Tenho a convicção de que todos os outros candidatos o tratariam com o maior respeito, e ele só seria engrandecido diante do povo brasileiro.

Dossiê

Suplicy se disse triste em relação aos acontecimentos dos últimos dias, quando veio à tona o suposto plano pelo qual integrantes do PT tentariam envolver o candidato do PSDB ao governo de São Paulo com a “máfia das ambulâncias”.

– Acredito que é possível fazer política tendo como objetivo principal a construção de uma nação justa. É possível fazer política sem mentir, sem enganar o povo, sem dar golpes baixos – enfatizou.

Senador cobra indenização para o estado e diz que governo Lula impede a troca de dívida dos gaúchos com a União por empréstimo com Banco Mundial

Simon: governo federal trata RS com descaso

No aniversário da Revolução Farroupilha, comemorado ontem, Pedro Simon (PMDB-RS) disse lamentar que o governo Lula esteja tratando o Rio Grande do Sul “com descaso”. Segundo ele, o governo federal impediu que os gaúchos trocassem sua dívida com a União por um empréstimo com o Banco Mundial (Bird), o que poderia dar ao estado uma economia anual em juros de R\$ 600 milhões, já que a taxa de juros do Bird é a metade da paga pelo Rio Grande do Sul à União.

O senador disse que a proposta da troca da dívida foi feita pelo governador Germano Rigotto assim que ele tomou posse, em janeiro de 2003. O pedido, no entanto, segundo Simon, parou na Secretaria do Tesouro Nacional. Ele declarou estranhar que os petistas agora cobrem essa solução durante a campanha eleitoral.

Simon ponderou que o candidato petista ao gover-



Simon sugere homenagem do Senado à Revolução Farroupilha

no do Rio Grande do Sul foi ministro do governo Lula por mais de três anos e poderia ter ajudado no pleito dos gaúchos.

— Parece uma chantagem política. Parece que a frase era: “Não mexa, deixe como está”. Parece que a pergunta deles era: “Para que vamos permitir que o governo do PMDB do Rio Grande do Sul tenha mais 600 milhões de reais para aplicar em investimentos?” — afirmou.

O senador acrescentou que a União vem se recusando a indenizar o estado por gastos com a construção e recuperação

de rodovias federais feitas na década de 80. Simon lembrou que a União também não aceitou indenizar o governo gaúcho quando foi privatizado o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul, já que o estado havia investido mais de US\$ 300 milhões em infraestrutura na área.

Ele pediu que o Senado preste homenagem à Revolução Farroupilha, movimento iniciado pelos gaúchos em 1835, que se estendeu por dez anos, contra o tratamento tributário recebido pela então província de São Pedro do Rio Grande do Sul por parte do governo central.

O parlamentar fez um paralelo entre as reivindicações dos “farrapos” ao Império e os pedidos atuais dos gaúchos, todos com a finalidade de levar o desenvolvimento ao Rio Grande do Sul.

— O que fariam os “farrapos” na defesa de sua terra se acontecesse naquela época o que ocorre hoje? — indagou.

Maciel destaca lançamento de programa de Alckmin

O senador Marco Maciel (PFL-PE) comentou em Plenário o lançamento do programa de governo do candidato à Presidência da República Geraldo Alckmin, realizado ontem no Rio de Janeiro.

Maciel discorreu sobre pontos do documento e considerou que as propostas de Alckmin podem promover a construção de um país mais democrático, desenvolvido e justo.

— Com mais de 200 páginas, o documento faz não só uma análise dos problemas nacionais, como também oferece soluções para resolvê-los — observou.

Na opinião do senador, um dos pontos essenciais

do programa é propor o aperfeiçoamento institucional do país.

Nessa linha de raciocínio, Maciel sugeriu ao Congresso aproveitar o período entre a diplomação dos eleitos em 1º de outubro e o início da nova legislatura para que seja definido um projeto de reforma institucional.

Além de defender a criação do Ministério da Segurança Pública, integrado aos ministérios da Defesa e da Justiça, o programa de Alckmin propõe — de acordo com o senador — a retomada de um ritmo acelerado de crescimento econômico, sem comprometer, entretanto, a estabilidade econômica. “Esse cresci-



Maciel propõe que seja definido um projeto de reforma institucional

mento está lastreado no impulso a investimentos produtivos, na redução de seus custos de captação e no aumento da produtividade da economia”, frisou.

Outros eixos destacados por Maciel passam pelo fortalecimento das agências reguladoras e estímulo à inovação tecnológica e pela vinculação dos programas de transferência de renda à saúde e à educação.



Fundador da TV Tupi foi lembrado por Roberto Cavalcanti

Cavalcanti homenageia Chateaubriand

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) prestou homenagem à memória do jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892-1968), que completaria 114 anos no dia 4 de outubro próximo. Considerado um dos maiores nomes do jornalismo e da comunicação social da história do país, Assis Chateaubriand foi o fundador da primeira emissora de televisão do país e da América Latina, a extinta TV Tupi, que começou a operar no dia 18 de setembro de 1950.

Paulo Octávio ressalta matéria sobre Novacap

Paulo Octávio (PFL-DF) pediu o registro nos Anais do Senado de matéria publicada na terça-feira pelo jornal *Correio Braziliense* intitulada “O dia em que o sonho virou lei”. A matéria trata da sanção, há 50 anos, da lei que criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a Novacap, responsável pelo planejamento e execução do serviço de urbanização e construção de Brasília. Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) ressaltou a capacidade empreendedora de Juscelino Kubitschek.



Paulo Octávio pede registro de reportagem nos Anais do Senado

Ideli contesta acusações feitas por Leonel Pavan

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) protestou, ontem, contra o que considerou uma “agressão verbal” a ela dirigida na terça-feira pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), em discurso na tribuna do Senado, divulgado pelos veículos de comunicação da Casa.

Segundo Ideli, não procede a afirmação de que são “mentiras deslavadas”, como disse Pavan, as informações divulgadas no programa eleitoral gratuito do PT a respeito do não-comparecimento do senador à reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), na qual seria votado o projeto de decreto legislativo que liberaria a aplicação de recursos para a BR-282, em Santa Catarina.

Ideli reafirmou que Pavan não assinou a lista de presença do dia da reunião da CMO (5 de setembro), apesar de estar no Senado. Também lembrou que não houve votação de matérias no Plenário na referida data. Na terça-feira, Pavan declarou que, no dia 5, os plenários da Câmara e do Senado estariam realizando esforço concentrado para

votação de matérias.

A parlamentar comunicou que está encaminhando à Mesa a degravação do que ela disse no programa eleitoral de 11 de setembro — quando o assunto foi abordado —, a lista de presença da reunião da CMO, a ata da reunião, que, de acordo com a senadora, explica por que não ocorreu, e a transcrição de todos os pronunciamentos feitos por Pavan no Plenário do Senado no dia 5 de setembro.

Ideli Salvatti também esclareceu que o direito de resposta obtido por Pavan no Tribunal Superior Eleitoral não se refere a esse programa sobre a BR-282, mas sim a um programa de rádio, do qual ela nem sequer teria participado.

— Não aceito ser agredida, ter meu nome enxovalhado, caluniado. Parlamentares me chamaram de mentirosa em episódios anteriores, mas, com toda a documentação apresentada, tiveram a dignidade de reconhecer de público que haviam se equivocado. Espero que o comportamento do senador seja equivalente — afirmou.

Agência Senado tem página especial sobre eleições

Desde ontem, a Agência Senado está disponibilizando nova página sobre as eleições de 1º de outubro: *Especial Eleições 2006*. O objetivo é fornecer aos internautas um conjunto de informações sobre as eleições no país desde o Império, tendo como ponto de destaque o Senado Federal.

Na página, é possível acessar a listagem de todos os candidatos ao Senado nos 27 estados brasileiros, totalizando mais de 200 concorrentes, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para facilitar o acesso, basta clicar, em um mapa, no estado escolhido, para que a relação dos nomes apareça na tela do computador. No dia 1º de outubro, a partir da divulgação dos resultados das urnas pelo TSE, a lista de candidatos será

substituída no mesmo mapa pelos nomes e biografias dos senadores eleitos.

No ícone “Fique por Dentro”, o internauta encontra reportagens com informações sobre o número de eleitores no país, a participação das mulheres no pleito e a quantidade de brasileiros aptos a votar no exterior. Já na seção “Matérias Especiais” é possível entender, por exemplo, os critérios legais utilizados para definir os eleitos pelo sistema proporcional, que abrange deputados federais, estaduais e distritais. Na seção “História”, as matérias abordam temas como as primeiras eleições realizadas no Brasil e aspectos da vida política do Império e da República. Novas matérias deverão ser acrescentadas à página até o primeiro turno das eleições.